



GT14 - Sociologia da Educação – Trabalho 296

## SISU E POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO?

Cláudio Marques Martins Nogueira - FaE/UFMG

Bréscia França Nonato - PBH; FaE/UFMG

Agências Financiadoras: FAPEMIG; CNPq

### Resumo

O SiSU e a Lei de Cotas alteraram significativamente a forma de acesso ao ensino superior público no Brasil, criando a expectativa de uma maior igualdade de oportunidades entre os candidatos. Cabe investigar em que medida essa expectativa tem sido cumprida. Parece importante avaliar, especialmente, até que ponto essas novas políticas estão conseguindo reduzir as desigualdades tradicionalmente observadas no acesso aos diferentes cursos superiores. Neste trabalho, apresentaremos parte dos resultados de uma pesquisa relativa aos efeitos do SiSU sobre os processos de escolha e sobre o acesso aos cursos superiores na UFMG. Na pesquisa estão sendo analisados dados dos questionários de matrículas de 2012 e 2016, aplicados a todos os ingressantes da instituição, e também dados de um questionário próprio aplicado a 1271 estudantes de quatro cursos. Os resultados indicam que apesar do SiSU e da Lei de cotas permanecem desigualdades significativas no que se refere ao acesso aos diferentes cursos.

**Palavras-chave:** SiSU, Lei de Cotas, escolha dos cursos superiores

### Introdução

O SiSU – Sistema de Seleção Unificado, criado em 2010, e a Lei de reserva de vagas (Lei 12711/2012), conhecida como Lei de Cotas, alteraram de forma radical as regras de acesso ao ensino superior público no Brasil.

Por meio da plataforma *online* do SiSU, os estudantes tomam conhecimento e podem se candidatar a qualquer vaga disponível em qualquer instituição participante, sem a necessidade de se prepararem para vestibulares específicos e sem os custos envolvidos na participação nesses diferentes processos seletivos, incluindo o deslocamento para a realização de provas. Ao permitir a escolha simultânea entre todas as opções e reduzir drasticamente os custos envolvidos no processo seletivo, esse novo sistema potencialmente amplia as oportunidades de acesso ao ensino superior, propiciando

inclusive que um número maior de indivíduos se desloque para estudar fora da sua região de origem.

No que se refere à inclusão de indivíduos oriundos de grupos tradicionalmente subrepresentados no ensino superior, mais importante do que o SiSU parece ser a lei de reserva de vagas. Essa lei prevê que pelo menos cinquenta por cento das vagas oferecidas pelo SiSU para cada curso, em cada instituição, será reservada para alunos que fizeram o ensino médio em escolas públicas<sup>1</sup>. Metade dessas vagas, ou seja, no mínimo vinte e cinco por cento do total, deve ser destinado especificamente para alunos da rede pública com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio. A lei exige ainda que, dentro dos dois conjuntos de cotas assim estabelecidos, seja garantido um percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondente à proporção desses grupos, indicada pelo IBGE, na população da unidade da federação em que se encontre a instituição.

Juntos, SiSU e Lei de Cotas trazem a promessa de uma revolução democratizante no acesso ao ensino superior público no Brasil. Sociologicamente, sabemos, no entanto, que as desigualdades educacionais são persistentes. Há sempre o risco de que novas oportunidades sejam aproveitadas diferentemente pelos atores em função dos recursos desiguais de que dispõem, fazendo com que a distância entre os diferentes grupos permaneça, mesmo que em novo patamar. É a velha tese Bourdieusiana da translação global das distâncias. (Bourdieu,1998)

No caso do ensino superior, uma desigualdade clássica é a que se observa entre os cursos (Vargas, 2010; 2010b). Os cursos superiores não são equivalentes no que se refere ao retorno material e simbólico médio que oferecem. Essas variações se traduzem normalmente em níveis de concorrência muito diferenciados nos processos seletivos e em perfis de alunos muito contrastantes do ponto de vista social e escolar.

Cabe, portanto, investigar como essas diferenças têm sido afetadas pelas novas regras de acesso introduzidas com o SiSU e a lei de cotas. Estará havendo uma democratização, no sentido pleno da palavra, envolvendo uma equalização das oportunidades de acesso aos diferentes cursos ou, ao contrário, estaremos vivendo apenas o que alguns autores (Duru-bellat ,2006; Merle 2009, 2009b) chamam de uma democratização segregativa, em que a ampliação do acesso se faz paralelamente à manutenção ou mesmo ao aprofundamento da distinção entre cursos mais e menos elitizados?

---

<sup>1</sup> Vale observar que a lei prevê um percentual mínimo de reserva de vagas. Nada impede que as instituições adotem políticas de ação afirmativa mais amplas.

Este trabalho apresenta parte dos resultados de um projeto de pesquisa mais amplo que visa analisar como o SiSU tem afetado o processo de escolha dos cursos superiores na UFMG e assim, indiretamente, o perfil social e escolar dos alunos<sup>2</sup>. Além da análise de dados fornecidos pela própria universidade<sup>3</sup>, foram aplicados 1.271 questionários a alunos de quatro cursos: 717 a alunos que ingressaram em 2016 (ano em que o SiSU e as cotas já estavam plenamente implementados na instituição) e 554 a alunos veteranos, que haviam ingressado antes da adoção desses novos procedimentos na seleção. Aqui discutiremos apenas alguns dados relativos aos cursos de Enfermagem e Medicina.

Antes de analisarmos esses dados, cabe discutir sociologicamente como a escolha dos cursos superiores é feita e refletir sobre o modo como as novas regras podem afetar o processo de tomada de decisão dos atores individuais.

### **A escolha dos cursos superiores na perspectiva sociológica**

No senso comum a escolha entre os diferentes cursos superiores parece estar relacionada, basicamente, às preferências ou vocações individuais. Os indivíduos escolheriam ou, em termos normativos, deveriam escolher seus cursos e suas futuras profissões em função de seus gostos, habilidades e projetos de vida. Tratar-se-ia, num certo sentido, de uma questão privada. Cada indivíduo, normalmente um jovem ou mesmo um adolescente, teria que lidar com o desafio pessoal de descobrir a área de estudo e o campo profissional de que mais gosta. Aos familiares e aos profissionais da orientação vocacional caberia auxiliar esse indivíduo no processo, muitas vezes angustiante, de auto análise e de busca de seu verdadeiro desejo.

A sociologia complexifica essa representação do processo de escolha ao enfatizar dois aspectos fundamentais, um primeiro relacionado aos cursos e um segundo concernente aos indivíduos que realizam suas escolhas<sup>4</sup>.

Em relação aos cursos, a sociologia nos mostra que os mesmos não se distinguem apenas por suas características intrínsecas, ou seja, pela área de conhecimento a que se vinculam, temáticas que abordam, gostos e habilidades que exigem de seus alunos, etc.,

---

<sup>2</sup> Trata-se da pesquisa: “A implantação do SISU e o acesso às universidades federais: análise sociológica dos impactos sobre o processo de escolha dos cursos e instituições de ensino superior em Minas Gerais”, que conta com financiamento da Fapemig.

<sup>3</sup> Agradecemos a ProGrad/UFMG por disponibilizar os dados do questionário de matrícula da universidade.

<sup>4</sup> Uma discussão mais detalhada sobre a análise sociológica do processo de escolha dos cursos superiores pode ser encontrada, entre outros, em Nogueira, 2004, 2012, 2013; Reay et al. 2005.

mas, igualmente, por suas características extrínsecas, mais precisamente, pelo rendimento material e simbólico médio que oferecem (Vargas, 2010, 2010b). Os jovens estão diante de cursos que se distinguem, para além de suas qualidades internas, pelo valor social de que estão investidos, valor esse que está, entre outras coisas, relacionado ao nível de prestígio (status social) e retorno material (remuneração média) das carreiras para as quais habilitam. A escolha de cada jovem tende, portanto, a não ser, simplesmente, pelo que ele mais gosta, mas simultaneamente pelo que lhe dará um retorno maior ou menor ou, dito de forma ainda mais direta, lhe possibilitará ocupar uma posição social mais ou menos elevada. É possível dizer que parte considerável da angústia vivida por aqueles que escolhem advém justamente da necessidade que sentem de conciliar seu gosto ou suas preferências pessoais com uma avaliação objetiva do retorno material e simbólico dos cursos e profissões.

Em relação aos indivíduos que escolhem seus cursos, a sociologia ressalta que os mesmos tomam sua decisão em condições muito desiguais, dadas por seu perfil social e econômico e pelo seu passado escolar (Reay et al. 2005). No que se refere ao perfil social, cabe observar o nível desigual de aspiração, de expectativa e de cobrança das famílias em relação à entrada no ensino superior em geral e nos cursos mais seletivos, em particular. Enquanto em certas famílias a não inserção no Ensino Superior é vista como natural ou mesmo como positiva, no sentido de permitir uma entrada mais precoce no mercado de trabalho, em outras se exige o acesso não apenas ao Ensino Superior, mas aos seus cursos mais prestigiosos e seletivos. Essas influências também variam em função do bairro, cidade, grupo de amigos, estabelecimento de ensino frequentado na Educação Básica, dentre outros aspectos. Os indivíduos recebem, portanto, pressões muito diferenciadas em seu processo de escolha conforme seu meio social. Acrescenta-se a isso o fato de que as informações sobre as instituições, os cursos e as carreiras de nível superior são distribuídas de forma muito desigual. O indivíduo que é menos pressionado pelo seu meio social no sentido de fazer escolhas ambiciosas em relação ao Ensino Superior tende a ser também aquele menos informado sobre os mecanismos de seleção e as possibilidades de escolha presentes num dado contexto.

Além das influências sociais nesse sentido mais amplo, é preciso reconhecer o peso dos recursos econômicos no processo de escolha. As famílias possuem capacidade variada para arcar com os custos diretos e indiretos necessários para a realização dos diferentes cursos superiores. Para algumas, a dedicação plena dos filhos a atividades remuneradas ou pelo menos a conciliação entre estudo e trabalho é incontornável,

enquanto outras podem lhes proporcionar dedicação exclusiva aos estudos até uma idade bem avançada. Conforme a situação econômica da família, abrem-se ou fecham-se, portanto, portas no ensino superior. Se para alguns é possível escolher um curso mais longo, que exija dedicação integral, que seja fora da cidade de origem ou mesmo que seja oferecido por instituição privada, para outros, todas essas opções são inviáveis.

Resta, finalmente, lembrar que as escolhas dos indivíduos são condicionadas por suas trajetórias escolares anteriores, definidas em grande medida pelo tipo de estabelecimento frequentado e formação recebida. Se para alguns é possível escolher, ser aprovado e ter um desempenho acadêmico positivo em qualquer curso, para outros uma série de limitações se impõe.

Esses dois aspectos evidenciados pelas pesquisas sociológicas, o fato de que os cursos são hierarquizados do ponto de vista do retorno que oferecem e que os indivíduos se encontram em condições objetivamente muito diferentes ao decidirem por um curso superior, estão profundamente articulados. Fundamentalmente, a sociologia nos mostra que há uma relação clara entre o retorno material e simbólico oferecido pelos cursos e as características sociais e escolares dos candidatos que os procuram e de seus alunos. Os candidatos e os alunos dos diferentes cursos se distinguem por seu perfil socioeconômico (renda, nível de formação e tipo de ocupação dos pais; necessidade ou não de trabalhar durante o curso), por seu perfil acadêmico (tipo de escola anteriormente frequentada, nível de desempenho escolar) e por variáveis ditas pessoais (sexo, idade, às vezes, raça/etnia). Candidatos mais novos e com perfil social e escolar mais elevado tendem a escolher os cursos com maior retorno econômico e simbólico. O inverso seria feito pelos candidatos com perfil social e escolar mais baixo.

Essa relação entre o perfil dos alunos e dos cursos não resulta apenas do nível diferente de seletividade dos vários cursos, ou seja, do fato de que apenas aqueles candidatos com perfil social e escolar mais elevado conseguiriam ser aprovados nos cursos mais rentáveis. É possível falar de um processo de adequação das preferências individuais às condições objetivas de escolha dos candidatos, ou mesmo de um processo de autosseleção. Os indivíduos tenderiam a se antecipar aos processos seletivos e a já escolherem cursos tidos como compatíveis com seu perfil social, econômico, escolar e, em certos casos, ao seu gênero e pertencimento étnico racial. De um modo geral, pode-se dizer que os candidatos tendem a optar pelos cursos com maior retorno material e simbólico a que eles podem ter acesso tendo em vista as expectativas de seu meio social,

suas condições econômicas para arcar com os custos diretos e indiretos dos cursos e seu passado escolar.

Qualquer que seja o referencial teórico por meio do qual se tente interpretar o processo de adequação das preferências às condições objetivas dos candidatos, o importante é a constatação de que as escolhas não são livres, não refletem simplesmente os gostos, preferências e interesses de natureza idiossincrática. Ao contrário, a escolha dos cursos superiores é, em grande medida, condicionada pela pressão social e pelos recursos econômicos e culturais distribuídos de maneira desigual entre os candidatos. Essa escolha socialmente condicionada é um elemento central para a perpetuação das desigualdades e hierarquias entre cursos e áreas do conhecimento no interior do ensino superior.

Propomos então analisar em que medida as mudanças nos mecanismos de seleção introduzidas com o SiSU e a lei de cotas podem alterar essa situação e tornar o acesso ao ensino superior efetivamente mais democrático. Para isso torna-se necessário considerar algumas diferenças entre o vestibular tradicional e o SiSU.

Em relação ao vestibular tradicional, uma de suas características principais é seu caráter descentralizado. Cada instituição isoladamente ou no máximo um grupo de instituições articuladas estabelece seus critérios e faz seu próprio exame de seleção. Essa característica do vestibular faz com que o candidato tenha que escolher com antecedência o curso e a instituição para a qual vai se candidatar necessitando assim se preparar para um processo específico de avaliação. Uma segunda característica dos vestibulares é a insegurança em relação às possibilidades de aprovação. O indivíduo se candidata a uma vaga em determinado curso e instituição e posteriormente se submete ao processo seletivo, ou seja, ele tem que escolher uma opção antes de saber se terá desempenho suficiente para ser aprovado. Essa segunda característica dos vestibulares foi em parte modificada com a adoção das notas do ENEM como critério principal ou complementar de seleção. Essa modificação faz com que o resultado final no vestibular seja um pouco mais previsível, mas escolha por participar de um determinado vestibular continua sendo, de qualquer modo, uma aposta arriscada.

O SiSU interfere diretamente nas duas características do vestibular acima destacadas, a descentralização e a insegurança. Diferentemente do vestibular tradicional, o SiSU é um sistema unificado em nível nacional. Os candidatos têm acesso simultâneo, por meio de uma plataforma *online*, a todas as opções de curso e instituição disponíveis no território nacional. Não é, portanto, necessário optar previamente por um curso e se

preparar para um exame específico. O exame, no caso, o ENEM, já terá sido realizado. Isso, em tese, acabaria com o fenômeno da autoseleção discutido anteriormente. Os candidatos não precisariam abrir mão de suas preferências e se inscreverem apenas nos processos seletivos em que acham que terão probabilidade de serem aprovados. Inscrever-se-iam no SiSU e teriam abertas diante de si todas as opções existentes.

Uma análise mais cuidadosa desse novo mecanismo de seleção (Nogueira et al. prelo; Abreu e Carvalho, 2014) sugere, no entanto, que talvez ele não apenas mantenha, mas até mesmo aprofunde o processo de adequação das preferências e de autoseleção. Para entender como isso ocorre é preciso considerar que durante os dias de inscrição no SiSU, há um período que podemos chamar de simulação. Durante esse período as notas dos candidatos de todo país são ranqueadas e a partir do número de indivíduos interessados nas vagas disponíveis para os cursos de cada instituição em cada modalidade de concorrência e de suas notas no ENEM<sup>5</sup>, o sistema calcula a nota mínima que seria necessária para ser aprovado naquele curso e a classificação provisória dos candidatos.

Esse processo se repete ao longo dos dias de inscrição, dando assim aos candidatos novas oportunidades de ajustarem suas escolhas às suas reais possibilidades de aprovação. Ao final desse período, os interessados são obrigados a indicar, de maneira definitiva, uma primeira e uma segunda opção de curso. É com base nessas últimas indicações que o sistema calcula a nota de corte efetiva para os cursos de cada instituição dentro de cada modalidade de concorrência e define a lista de aprovados.

Podemos dizer que no SiSU o candidato escolhe seu curso com muito mais informação em relação às suas possibilidades reais de ser aprovado em cada uma das opções disponíveis. Esse aumento no nível de informação tende, logicamente, a estimular uma escolha estratégica pelo curso possível. O candidato não tem como se iludir que será aprovado num determinado curso quando as simulações da primeira etapa do SiSU sugerem sistematicamente o contrário. O sistema indiretamente induz o candidato, por meio das simulações, a ajustar suas preferências originais ao que é objetivamente possível de modo a ser aprovado, mesmo que não no curso ou instituição mais desejados.

A lei de reservas de vagas amplia as oportunidades de acesso aos cursos tradicionalmente mais elitizados, mas nem ela é capaz de eliminar o peso das desigualdades escolares existentes entre os candidatos. A concorrência e as notas de corte

---

<sup>5</sup> A nota de um mesmo aluno pode variar conforme o curso e a instituição desejada. Isso ocorre porque as instituições podem atribuir pesos diferentes para cada uma das provas do ENEM e essa atribuição pode ainda variar em função do curso específico em questão.

continuam a variar muito entre os cursos mesmo dentro das cotas. Para um aluno que teve uma formação precária na Educação Básica o acesso a determinados cursos continua interdito mesmo quando tem direito às cotas e o ajustamento de suas preferências às possibilidades reais de aprovação - estimulado pelas simulações do SiSU – acaba sendo o caminho mais viável<sup>6</sup>.

Para além da adequação da escolha do curso ao perfil escolar do candidato, as condições socioeconômicas também exercem grande influência no sentido de limitar ou ampliar as possibilidades dos candidatos. Embora exista na plataforma a possibilidade de que todos tenham acesso a cursos de todas as regiões do Brasil. Na realidade, nem todos têm os recursos necessários para se deslocar pelo país. Do mesmo modo as condições de manutenção em cursos que exigem dedicação integral ou que envolvam custos maiores também são fatores que pesam de maneira desigual no momento da escolha.

Pode se dizer, portanto, que as desigualdades sociais e escolares continuam orientando as escolhas dos cursos superiores mesmo após a adoção do SiSU. No caso da UFMG, os dados do questionário de matrícula que estão sendo atualmente analisados pelo nosso grupo de pesquisa e também os resultados do nosso próprio questionário aplicado em 2016 nas turmas de 1º período de quatro cursos da universidade, tem nos mostrado que o acesso às diferentes formações permanece muito desigual. Mesmo com a lei de reserva de vagas os dados indicam que as desigualdades persistem. Os alunos que fizeram o Ensino Médio em instituições federais, que normalmente são mais seletivas e oferecem uma formação escolar mais sólida, ocupam a maior parte das vagas destinadas aos egressos de escolas públicas nos cursos de maior prestígio, enquanto os oriundos de escolas estaduais e municipais concentram-se nos cursos menos seletivos. Do mesmo modo, constatam-se diferenças significativas entre os cursos em todas as variáveis que demarcam o perfil social e escolar dos alunos, como o nível de renda e a escolaridade dos pais. Mesmo a origem geográfica do alunado dos diferentes cursos não é a mesma. Aqueles mais seletivos e de maior prestígio concentram os estudantes que tiveram condições sociais e econômicas para se deslocar de regiões mais distantes para estudar em Belo Horizonte. A seguir analisaremos dados empíricos dessas desigualdades tomando como exemplo a relação entre os cursos de Medicina e Enfermagem.

---

<sup>6</sup> A opção por um curso possível em detrimento do curso efetivamente desejado pode se traduzir na não matrícula após a aprovação ou mesmo na evasão logo após o ingresso na universidade, dois fenômenos que se acentuaram após a adoção do SiSU.

### Enfermagem e Medicina: Quais mudanças no perfil dos estudantes?

Enfermagem e Medicina são cursos que tradicionalmente ocupam lugares diferentes na hierarquia dos cursos universitários. Ambos se inserem na área de saúde, mas apresentam níveis de seletividade e estudantes com perfis sociais e escolares distintos.

O quadro de notas de ingresso na UFMG ano de 2016 é um primeiro elemento que sugere que as diferenças entre os cursos permanecem após a adoção do SiSU e a implementação da Lei de Cotas. As notas mínimas (de corte) e máximas possuem grande variação nas diferentes modalidades de ingresso, mas em todos os casos tem-se no curso de Medicina a necessidade de maior pontuação.

**Tabela 1: SISU/UFMG 1ª edição de 2016: Pontuação dos aprovados após última chamada (11ª)**

Nome do curso	Modalidade	Mínimo	Máximo
ENFERMAGEM	cota 1	600,56	735,44
	cota 2	596,08	708,2
	cota 3	598,22	735,96
	cota 4	612,56	759,22
	A.C	634,02	761,3
MEDICINA	cota 1	746,46	783,2
	cota 2	740,02	805,82
	cota 3	759,46	791,84
	cota 4	753,86	809,1
	A.C	795,22	855,04

Fonte: UFMG. Elaborada pelos autores.

Buscando analisar em que medida o perfil dos alunos também se manteve contrastante antes e depois da adoção do SiSU analisaremos a seguir dados de 2012 e 2016, fornecidos pela própria universidade, referentes à renda, escolaridade dos pais, tipo de escola e origem geográfica dos estudantes dos dois cursos.

Em relação à renda bruta do grupo familiar dos candidatos, é preciso inicialmente reconhecer que houve mudanças significativas. Efeito que possivelmente pode ser atribuído às políticas de inclusão voltadas para o ensino superior, em especial à lei de Cotas, que, como já foi discutido, reserva 50% das vagas para egressos de escolas públicas. Como mostra a tabela abaixo, o curso de Medicina passou a incorporar um percentual maior de estudantes de origem social mais baixa e reduziu-se um pouco o percentual daqueles com renda acima de quinze salários. Em relação ao curso de enfermagem também houve mudanças, embora menos acentuadas. Apesar dessas

alterações chama atenção a permanência das diferenças entre os dois cursos. Enquanto 2% dos estudantes da Enfermagem têm renda acima de quinze salários mínimos, 22% dos estudantes de Medicina encontram-se nessa situação.

**Tabela 2: Renda familiar**

Renda mensal bruta do grupo familiar	Vestibular 2012			SiSU 2016						
	Enfermagem	Medicina	Total	Enfermagem	Medicina	Total				
Menos de um a cinco salários mínimos	75	77%	54	17%	129	60	68%	118	37%	178
De cinco a quinze salários mínimos	19	19%	166	52%	185	26	30%	129	41%	155
Acima de quinze salários mínimos	4	4%	99	31%	103	2	2%	70	22%	72
Total	98	100%	319	100%	417	88	100%	317	100%	405

Fonte: Banco de dados de matrícula ProGrad/UFMG. Elaborada pelos autores.

No que se refere à escolaridade dos pais, observa-se em relação ao curso de Enfermagem que houve uma elevação do percentual das mães que concluíram o Ensino Médio, embora sem alteração no que tange ao Ensino Superior. Já em relação ao curso de Medicina, houve um aumento daquelas com menor nível de escolaridade. Assim como no caso da variável renda, essas mudanças no nível de escolaridade podem ser atribuídas à política de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e de baixa renda. É interessante observar, no entanto que a desigualdade no que tange à escolaridade das mães entre os estudantes dos dois cursos permanece. De modo geral a escolaridade materna se apresenta com nível muito mais elevado entre os estudantes de Medicina.

**Tabela 3: Escolaridade materna**

Nível de escolaridade	Vestibular 2012			SiSU 2016						
	Enfermagem	Medicina	Total	Enfermagem	Medicina	Total				
Não concluiu o Ensino Fundamental	11	11%	7	2%	18	10	11%	15	5%	25
Concluiu o Ensino Fundamental	17	17%	12	4%	29	8	9%	23	7%	31
Concluiu o Ensino Médio	38	39%	74	23%	112	41	47%	89	28%	130
Concluiu o Ensino Superior	32	33%	224	70%	256	29	33%	190	60%	219
Desconhece o nível de escolaridade da mãe	0	0%	2	1%	2	0	0%	0	0%	0
Total	98	100%	319	100%	417	88	100%	317	100%	405

Fonte: Banco de dados de matrícula ProGrad/UFMG. Elaborada pelos autores.

O tipo de instituição frequentada pelos estudantes que escolheram esses cursos é outro importante elemento para a compreensão de como se configura a diferença entre os mesmos. Das variáveis já apresentadas essa foi a que sofreu maior alteração entre os anos comparados. Totalmente esperado, e em consonância com a Lei de Cotas, temos um grande decréscimo no percentual de estudantes de escola particular que ingressaram no curso de Medicina. Assim, esse curso, que historicamente teve a maior parte suas vagas ocupadas por estudantes provenientes de escolas particulares, diminuiu de 78% em 2012 para 49% em 2016 o percentual de ingressantes provenientes dessas instituições

Nota-se, no entanto, um grande contraste no que se refere às redes de origem dos alunos provenientes do setor público. No curso de Enfermagem esses alunos veem basicamente da rede estadual. Já na Medicina, o percentual maior é da rede federal. Cabe notar que o curso de Medicina tinha em 2012, 13% das suas vagas ocupadas por estudantes provenientes de escolas federais e no ano de 2016 o percentual de ex alunos dessas escolas saltou para 33%. Isso significa que o percentual quase triplicou em um período de quatro anos, e que hoje os egressos da rede federal ocupam cerca 70% das vagas reservadas para alunos de escolas públicas.

As desigualdades baseadas no tipo de escola pública em que se cursou o Ensino Médio parecem, portanto, estar se acentuando. Os alunos das instituições federais possuem em média um perfil social e escolar mais favorável, foram, em sua grande maioria, submetidos a processos seletivos de ingresso no Ensino Médio e contaram em suas escolas com uma estrutura física melhor e com professores mais qualificados e melhor remunerados. Não é de se estranhar, portanto, que eles ocupem posição privilegiada em comparação com os das demais redes públicas nos cursos mais elitizados<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Em relação às escolas federais, não se pode esquecer, no entanto, que seguindo a lei de cotas 50% de suas vagas são reservadas para alunos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escolas públicas e que são observados os mesmos critérios de renda e raça aplicados no Ensino Superior. É curioso que mesmo assim os egressos dessas instituições mostrem-se em condições tão superiores às dos seus pares das redes estaduais e municipais na competição pelas vagas dos cursos mais seletivos. Mais pesquisas precisam ser feitas sobre isso.

**Tabela 4: Tipo de escola em que cursou, integralmente ou na sua maior parte, o Ensino Médio**

Tipo de escola	Vestibular 2012				Total	SiSU 2016				Total
	Enfermagem		Medicina			Enfermagem		Medicina		
Curso livre	1	1%	0	0%	1					
Em escola particular	36	37%	250	78%	286	38	43%	156	49%	194
Em escola pública estadual	48	49%	24	8%	72	40	45%	53	17%	93
Em escola pública federal	6	6%	43	13%	49	7	8%	105	33%	112
Em escola pública municipal	7	7%	2	1%	9	3	3%	3	1%	6
Total	98	100%	319	100%	417	88	100%	317	100%	405

Fonte: Banco de dados de matrícula ProGrad/UFMG. Elaborada pelos autores.

Outra variável que precisa ser aqui considerada é a origem geográfica dos ingressantes dos dois cursos. A capacidade e a disponibilidade de deslocamento pelo país para estudar é socialmente variável. Depende das condições econômicas familiares e também do nível de aspiração e de expectativa em relação à escolarização da prole que caracteriza cada grupo social. A disposição para se investir na migração parece depender também do benefício que se espera receber, ou seja, do título mais ou menos rentável que poderá ser obtido.

Evidencia-se na tabela a seguir que o curso de Medicina recebeu em 2012 um percentual de 21% de estudantes provenientes de outros estados e que em 2016 esse percentual aumentou 10%, passando então para 31%. No que se refere aos estudantes do interior houve ainda uma elevação da ordem de 12%.

No curso de Enfermagem, mesmo com a adoção do SiSU, que favorece a candidatura de indivíduos de todo o país, observou-se apenas um maior número de estudante proveniente da região metropolitana da capital do Estado.

**Tabela 5: Residência no momento de inscrição**

Residência	Vestibular 2012				Total	SiSU 2016				Total
	Enfermagem		Medicina			Enfermagem		Medicina		
BH	63	64%	189	59%	252	46	52%	107	34%	153
Grande BH	17	17%	21	7%	38	27	31%	34	11%	61
Interior de MG	16	16%	43	13%	59	13	15%	78	25%	91
Outro Estado	2	2%	66	21%	68	2	2%	98	31%	100
Total	98	100%	319	100%	417	88	100%	317	100%	405

Fonte: Banco de dados de matrícula ProGrad/UFMG. Elaborada pelos autores.

### **Enfermagem e Medicina: diferenças nos processos de escolha**

Como discutimos na parte inicial deste trabalho o processo de escolha dos cursos superior estende a envolver um ajustamento entre o perfil dos cursos - grau de seletividade e retorno material e simbólico médio – e o perfil social e escolar dos candidatos. As desigualdades sociais e escolares acumuladas obrigam os indivíduos a adequarem suas escolhas às suas condições objetivas.

A seguir apresentaremos dados coletados por meio do questionário da nossa própria pesquisa nos cursos de Medicina e Enfermagem relativos a questões específicas sobre a escolha do curso via SiSU. O período de decisão, a escolha pautada ou não na possibilidade de reopção de curso, o ingresso via primeira ou segunda opção, o acesso ao curso por meio de lista de espera e o nível de satisfação com o ingresso no curso e instituição são alguns dos aspectos considerados.

Um primeiro aspecto a ser analisado é a antecedência com que foi tomada a decisão pelo curso. Mais de 80% dos estudantes do curso de Medicina já haviam se decidido pelo curso em longo prazo. Entre os estudantes do curso de Enfermagem<sup>8</sup>a decisão antecipada pelo curso foi de apenas 24% daqueles que ingressaram, sendo que quase metade, 48% do total dos respondentes dessa graduação, tomaram sua decisão durante o período de inscrição do SiSU.

**Tabela 6: Decisão pelo ingresso no curso**

Quando você decidiu fazer esse curso?	Curso 2016				Total
	Medicina		Enfermagem		
Sempre pensei	94	34%	5	7%	99
Alguns anos antes da inscrição para o SiSU	98	35%	3	4%	101
Cerca de um ano antes da inscrição para o SiSU	52	19%	9	13%	61
Poucos meses antes da inscrição para o SiSU	19	7%	14	20%	33
Um mês ou menos antes da inscrição para o SiSU	5	2%	6	8%	11
Durante o período de inscrição no SiSU	11	4%	34	48%	45
Total	279	100%	71	100%	350

Fonte: Questionário de Pesquisa. Elaborada pelos autores.

A diferença de nota de corte entre os dois cursos sugere que houve entre os estudantes de Enfermagem um ajustamento de suas preferências originais. O que pode

<sup>8</sup> Esclarecemos que a utilização do gênero masculino para referência aos estudantes se deve unicamente por uma regra gramatical, o curso de Enfermagem se mostra essencialmente feminino nos dois períodos estudados (91% em 2012 e 85% em 2016) enquanto o curso de Medicina apresentou uma maior quantidade de estudantes do sexo masculino no ano de 2016 (47% em 2012 e 60% em 2016)

ser confirmado por resposta dada em duas questões. Na primeira delas, referente ao estudante ter pensando em fazer outro curso, 61% dos estudantes de Enfermagem apontaram esse desejo, contra 36% dos estudantes de Medicina. Na segunda, relacionada ao motivo da desistência, 45% dos estudantes de Enfermagem disseram que a mesma se deu por nota insuficiente no ENEM. Além disso, do total de respondentes da Enfermagem 49% alegaram mudar sua opção de curso devido a variação da nota de corte durante os dias de inscrição no SiSU o que tende a reforçar a hipótese de uma escolha pelo possível. Cabe ainda notar que em questão aberta, 41% dos estudantes de Enfermagem disseram que Medicina era o curso desejado inicialmente.

Entre os estudantes da Medicina a mudança devido a nota se deu em apenas 4% dos casos. No que se refere aos estudantes desse curso temos duas hipóteses possíveis: ou se referem a estudantes que diante de uma nota relativamente alta vislumbram a possibilidade de ingresso nesse curso ou a estudantes que tentaram Medicina em outra instituição mas consideraram que não teriam nota suficiente para aprovação.

As estratégias pós ingresso também indicam como as escolhas por Medicina e Enfermagem podem ter sentidos muito diferentes. Como mostra a tabela 7, 62% das estudantes de Enfermagem apontaram que a escolha do curso de ingresso foi feita pensando em fazer posteriormente reopção para outro curso. Situação que para ser efetivada depende, dentre outras questões, de desistência dos estudantes matriculados nos cursos desejados. O que acontece com pouca frequência em cursos mais seletivos como Medicina.

**Tabela 7: Interesse pela reopção de curso**

<b>Você escolheu o seu curso atual pensando em fazer posteriormente reopção para outro curso?</b>	<b>Curso 2016</b>				<b>Total</b>
	<b>Medicina</b>		<b>Enfermagem</b>		
Sim	3	1%	44	62%	47
Não	275	99%	27	38%	302
Não respondeu	1	0%	0	0%	1
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>100%</b>	<b>71</b>	<b>100%</b>	<b>350</b>

Fonte: Questionário de Pesquisa. Elaborada pelos autores.

A ordem de escolha dos cursos também nos ajuda a compreender a verdadeira intenção dos candidatos. Como apresentado na tabela a seguir 46% dos estudantes de Enfermagem haviam colocado esse curso como segunda opção. O que permitiria a eles

se inscreverem na lista de espera para o curso de sua primeira opção e aguardar já matriculado no curso de Enfermagem uma futura convocação para o curso escolhido na primeira opção.

**Tabela 8: Opção de escolha na qual ingressou na UFMG**

<b>Esse curso foi sua primeira ou segunda opção no SISU?</b>	<b>Curso 2016</b>				<b>Total</b>
	<b>Medicina</b>		<b>Enfermagem</b>		
Primeira opção	270	97%	38	54%	308
Segunda opção	9	3%	33	46%	42
Total	279	100%	71	100%	350

Fonte: Questionário de Pesquisa. Elaborada pelos autores.

Em relação a preferência pela instituição nos chamou atenção o percentual de estudantes do curso de Medicina que gostariam de estudar em outra instituição, 15%. Cabe notar ainda que 13% apresentaram, por meio de questão aberta, os diferentes campi da Universidade de São Paulo - USP como local desejado para estudar. Esse dado pode mostrar uma relação da não aprovação nessa outra universidade com a migração de São Paulo para Minas Gerais, evidenciando mais uma vez os ajustamentos propiciados pelo SiSU. Os alunos de Enfermagem em sua ampla maioria estão satisfeitos, não querem mudar de instituição, mas sim de curso.

**Tabela 9: Graduação da instituição de desejo**

<b>Você considera que está estudando na instituição que realmente preferia estudar?</b>	<b>Curso 2016</b>				<b>Total</b>
	<b>Medicina</b>		<b>Enfermagem</b>		
Sim	236	85%	70	99%	306
Não	43	15%	1	1%	44
Total	279	100%	71	100%	350

Fonte: Questionário de Pesquisa. Elaborada pelos autores.

De modo geral, os estudantes de Medicina não precisaram fazer uma adequação de suas preferências no momento de escolha, o que pode se confirmado pelo anuncio de que sempre desejaram tal curso, portanto a maior parte ingressou no curso e instituição que aspiravam, não entraram pensando em mudar de curso e se o desejo ocorre não é pela mudança de curso, mas sim de instituição. Entre as estudantes de Enfermagem ficou evidente que muitas decidiram pelo curso de última hora, ao manifestarem que não era sua primeira escolha, e que na verdade gostariam de mudar de curso. Ou seja, o curso escolhido, o modo como foi escolhido e as razões de tal escolha continuam claramente

associadas às condições objetivas. Como apresentado a maior parte já residia próximo à instituição.

### **Considerações finais**

Esse texto consiste em um alerta sobre a necessidade de continuarmos analisando as desigualdades por trás da aparente democratização. Buscamos apontar a partir de uma discussão teórica e também empírica como as desigualdades permanecem mesmo diante da promessa de maior igualdade de oportunidades relacionada ao SiSU e à lei de cotas.

Embora o SiSU amplie as oportunidades formais de acesso aos cursos e instituições de ensino, como apresentado, os estudantes continuam a fazer suas escolhas constrangidos por suas condições sociais objetivas. Nesse sentido o acesso aos cursos mais seletivos, mesmo com a reserva de vagas por meio de lei de cotas, continua bastante restrito para estudantes com perfil social e escolar menos favorável.

Fundamentalmente esses dados nos alertam para o risco de que a ampliação do acesso ao ensino superior que temos vivido nos últimos anos esteja sendo acompanhada da manutenção de desigualdades importantes. As desigualdades e hierarquias entre cursos e instituições e o acesso diferenciado aos mesmos conforme o perfil social, econômico e escolar dos candidatos podem permanecer mesmo no interior de um sistema de ensino superior reconfigurado. Cabe permanecermos atentos.

### **Referências bibliográficas:**

ABREU, Luís & CARVALHO, José Raimundo. Análise do jogo induzido pelo mecanismo SiSU de alocação de estudantes em universidades. *42º Encontro Nacional de Economia - ANPEC*. Natal, dezembro, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Brasil). Lei 12.711. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

DURU-BELLAT, Marie. *L'inflation scolaire – les désillusions de la méritocratie*. Paris: Seuil, 2006.

MERLE, Pierre *La démocratisation de l'enseignement*. Paris : La découverte, 2009b.

MERLE, Pierre. La démocratisation de l'enseignement entre égalisation et illusions. In. Duru-bellat, M. e Van Zanten, A. (orgs.) *Sociologie du système éducatif – les inégalités scolaires*. Paris: Puf, 2009.

NOGUEIRA, Cláudio M. M *Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: o processo de escolha do curso superior*. Tese de doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2004.

NOGUEIRA, Cláudio M. M Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. *Estudos de Sociologia* (Recife), v. 18, p. 10-40, 2012.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.. O processo de escolha dos estudos superiores: desafios para a investigação sociológica. In: VIEIRA, Maria M. et al. (Org.). *Habitar a escola e as suas margens - Geografias Plurais em Confronto*. 1ed. Portalegre, Portugal: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, 2013, v., p. 73-84.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NONATO, Bréscia. F.; MEIRELLES, Gustavo; FLONTINO, Sandra R. D. . Promessas e limites: o SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista* (UFMG. Impresso). No prelo.

REAY, Diane; DAVID, Miriam; BALL, Stephen. *Degrees of Choice: Social Class, Race and Gender in Higher Education*. London: Institute of Education Press, 2005.

VARGAS, Hustana M Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. São Paulo. *Estudos de Sociologia*, v. 15, p. 107-124, 2010b.

VARGAS, Hustana M. "Aqui é assim: tem curso de rico pra continuar rico e curso de pobre pra continuar pobre". *Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu – MG, 2010.